

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E
DOS TERRITÓRIOS

4JECIVBSB F
4º Juizado Especial Cível de Brasília

Número do processo: 0720880-15.2024.8.07.0016
Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
REQUERENTE: -----
REQUERIDO: T4F ENTRETENIMENTO S.A.

S E N T E N Ç A

Vistos, etc.

Trata-se de ação de conhecimento, submetida ao rito da Lei nº 9.099/95, ajuizada por ----- em desfavor de **T4F ENTRETENIMENTO S.A.**

A autora requereu em apertada síntese: “b) Que a parte requerida RESSARÇA à parte requerente o valor de R\$ 5.578,07, que corresponde aos gastos incorridos para a ida ao show de Taylor Swift (passagens aéreas, hospedagem e transporte) c) Que a parte requerida RESTITUA a parte requerente o valor de R\$ 5.000,00 por danos morais pelo sofrimento psicológico gerado pelo contexto exposto”.

A parte requerida pugnou pela improcedência dos pedidos autorais.

Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

DECIDO.

Não há preliminares a serem apreciadas.

Passo ao exame do *meritum causae*.



A autora aduz que em 09/06/2023, contratou os serviços da parte requerida consistente em: dois ingressos para show da Taylor Swift no Rio de Janeiro em 18/11/2023, pelo preço de R\$ 528,00 cada, total de R\$ 1.056,00; que como mora em Brasília, foi necessária a organização da viagem para assistir o show em outra cidade; que foram adquiridas passagens aéreas e reservado hotel; que o show da Taylor Swift estava marcado para acontecer nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2023, sexta, sábado e domingo respectivamente; que os ingressos da autora eram para o dia de sábado e se organizaram para chegar ao estádio com antecedência; que contrataram uma empresa de turismo para levar até o estádio de ônibus; que estavam sentadas no lugar às 16h30; que havia feito bastante calor naquele dia; que por volta das 18 horas o estádio já estava bem cheio e o calor extremo já havia passado; que o horário previsto para o início do show era às 18h25 e havia uma grande expectativa e animação por parte dos fãs dentro do estádio; que às 18 horas a organizadora do evento – T4F entretenimento – anuncia dentro do estádio que o show seria adiado; que a comoção e revolta no estádio foi generalizada e haviam pessoas de toda parte do Brasil e do mundo estavam presentes e muitos não poderiam se reorganizar tão em cima da hora para assistir ao show na segunda-feira; que a parte requerida descumpriu o contratado pois não realizou o evento na data marcada e o show foi cancelado em cima hora, a 20 minutos do início, com o público dentro do estádio no momento de menos calor daquele dia; que o cancelamento do show com público dentro do estádio a 25 minutos do início foi intempestivo e desarrazoado; que a parte requerida demonstrou negligência em relação à organização da segurança na saída antecipada do público expondo os participantes a riscos indevidos.

A ré aduz que em prol da segurança e bem-estar do público, diante do calor extremo somado à previsão de tempestades e raios na proximidade do local do evento, o show previsto para o dia 18.11.2023 foi adiado para dia 20.11.2023, o que foi devidamente comunicado pela ré; que se trata de uma gestão complexa e que, quando decorrente de força maior, em um evento desse porte, se torna ainda mais desafiante; que informou publicamente o adiamento quando estava munida de informações completas e claras para transmitir ao público: nova data do show que foi postergado, política de reembolso, etc., e quando todos os demais órgãos também já estavam comunicados da decisão; que o fortuito externo é causa de extinção do nexo causal entre o serviço disponibilizado e o suposto dano suportado pelo consumidor, afastando o dever de indenizar; que não há dano material ou moral a ser indenizado.

A relação jurídica estabelecida entre as partes é de natureza consumerista, devendo a controvérsia ser solucionada sob o prisma do microsistema instituído pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei n.8.078/1990).

Na esteira do disposto no art. 14 do CDC, a responsabilidade do fornecedor de serviços é objetiva, respondendo pelos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, independentemente da existência de culpa e de dolo. Tal responsabilidade será excluída quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou que o fato ocorreu por culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.

A parte requerida alegou que o cancelamento do voo seria decorrente de situação climática. Contudo, tal justificativa apresentada não é suficiente para justificar sua crassa falha de serviço. Acrescento que a ré de forma irresponsável, mesmo sabendo de eventuais mudanças climáticas que pudessem afetar o show, permitiu que todas as pessoas acessassem o local do evento e somente 25 minutos antes do começo tomassem a decisão de adiá-lo o que demonstra a toda prova despreparo e amadorismo.

Considerando que a teoria do risco do negócio ou atividade é o fundamento da responsabilidade objetiva prevista no Código de Defesa do Consumidor, a empresa fornecedora do serviço deve reparar os danos causados a autora.

Tenho como cabível o pedido de indenização por dano material devendo a ré ressarcir a autora por todas as despesas que teve para ir ao evento cancelado injustificadamente pela ré, devendo a ré ressarcir a autora o valor R\$ 5.578,07 (cinco mil quinhentos e setenta e oito reais e sete centavos) a ser devidamente atualizada desde a data de evento danoso (18/11/2023).



Considero cabível o pedido de indenização por danos morais diante da crassa falha na prestação de serviços da empresa ré que cancelou sem justificativa idônea e intempestivamente o show, não prestou assistência adequada, gerando indúvidos prejuízos morais a autora, eis que tal comportamento feriu legítima expectativa do consumidor.

Com relação aos danos morais, tenho que restaram configurados, porquanto, os fatos narrados na inicial ultrapassam a esfera do mero aborrecimento. Ressalte-se que o dano moral dispensa "qualquer exteriorização a título de prova, diante das próprias evidências fáticas" (In Reparação Civil Por Danos Morais, CARLOS ALBERTO BITTAR - 3ª EDIÇÃO - Rev. Atual e Ampl. São Paulo, Ed. RT, pág. 137). Trata-se de "damnum in re ipsa". Resta a análise do "quantum" devido.

Ensina o notável Karl Larenz que na avaliação do "pretium doloris" deve-se levar em conta não só a extensão da ofensa, mas também o grau da culpa e a situação econômica das partes, vez que não há no dano moral uma indenização propriamente dita, mas apenas uma compensação ou satisfação a ser dada por aquilo que o agente fez ao prejudicado" (Derecho de Obligaciones, t. II, p. 642).

Como bem observa o exímio mestre Yussef Said Cahali, no dano patrimonial busca-se a reposição em espécie ou em dinheiro pelo valor equivalente, ao passo que no dano moral a reparação se faz através de uma compensação ou reparação satisfativa (Dano e Indenização, Ed. Revista dos Tribunais, SP, 1980, p. 26).

Com efeito, a valoração dos danos sofridos pelo autor há de ser feita mediante o prudente arbítrio do magistrado que deve considerar a proporcionalidade entre o dano moral sofrido, incluindo aí sua repercussão na vida do ofendido, bem como as condições econômico-financeiras do agente causador do dano, objetivando não só trazer ao ofendido algum alento no seu sofrimento, mas também reprender a conduta do ofensor.

À vista de todos os aspectos abordados acima, tenho que o valor de R\$ 5.000,00, a título de indenização por danos morais, mostra-se, no presente caso, suficiente e dentro dos parâmetros da razoabilidade.

Forte em tais razões e fundamentos **JULGO PROCEDENTES** os pedidos autorais para, com base nos art. 5º e 6º da Lei 9.099/95 e art. 7º da Lei nº. 8.078/90: **1) CONDENAR** a parte requerida **T4F ENTRETENIMENTO S.A.** a pagar a autora ----- a quantia de R\$ 5.578,07 (cinco mil quinhentos e setenta e oito reais e sete centavos), a título de indenização por danos materiais, a ser corrigida monetariamente, pelo INPC, desde a data do evento danoso (18/11/2023), de acordo com Súmula 43 do STJ, com juros legais de 1% a.m., desde a citação, conforme art. 405 do Código Civil. **2) CONDENAR** a parte requerida **T4F ENTRETENIMENTO S.A.** a pagar a autora ----- a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, a ser corrigida monetariamente, pelo INPC, desde a data desta decisão (Súmula 362 do STJ), com juros legais de 1% a.m., a contar da citação, conforme art. 405 do Código Civil.

JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com espeque no art. 487, inciso I, do CPC c/c o art. 51, "caput", da Lei nº 9.099/95.

Cumpra a parte autora, se houver interesse e após o trânsito em julgado, solicitar, por petição instruída com planilha atualizada do débito, o cumprimento definitivo da presente sentença, conforme regra do art. 523 do CPC. Não o fazendo, dê-se baixa e arquivem-se.

Formulado o pedido de cumprimento de sentença, **o feito deverá ser reclassificado como tal**, a parte requerida deverá ser intimada a promover o pagamento espontâneo do valor da condenação, no prazo de 15 dias, sob pena da incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, nos termos do art. 523, §1º do CPC.

Com o pagamento, expeça-se alvará de levantamento.



Sem custas, sem honorários (art. 55, “caput”, da Lei nº 9.099/95).

Sentença registrada eletronicamente.

Intimem-se.

ORIANA PISKE

Juíza de Direito

(assinado eletronicamente)

